



Antonio Carlos, ouvido por Gadelha e Távola (E), disse que não discrimina Brizola

## Antônio Carlos pede política mais liberal para concessões

BRASÍLIA — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, proporcionou à Constituinte cinco horas de debate, durante as quais defendeu mais concessões de rádio e televisão, reafirmou a posição contrária à reserva de mercado na informática, apoiou a permanência do monopólio estatal dos correios e condenou a proposta de abertura de capital das empresas vinculadas à Telebrás.

A sessão da Comissão de Comunicações, realizada no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, foi uma das longas da Constituinte. Convidado para falar sobre a política de seu setor, Antônio Carlos acabou tendo um bate-boca com o deputado Joaci Góes (PMDB-BA). Quase no encerramento, esgrimiu com o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, a respeito do ex-governador Leonel Brizola.

**Mais canais** — Para condenar a criação de um conselho que supervisionaria a política de comunicações, sugerido pela deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), Antônio Carlos argumentou que "da Índia à União Soviética não há qualquer órgão similar a um conselho". Informou que o governo José Sarney já concedeu 353 novos canais de rádio e televisão, embora ache que há no Brasil espaço territorial para mais emissoras.

Disse que a reserva de mercado na informática é prejudicial "porque é uma lei que protege e se todos forem fazer o mesmo não há o que comercializar." Depois de responder a perguntas de 11 deputados, elogiou o deputado Olívio Dutra (PT-RS), que lhe pediu a readmissão dos demitidos na última greve da Empresa de Correios e Telégrafos.

**Acusações** — Mas os ânimos se acirram quando Joaci Góes ocupou a tribuna. Assessores de Antônio Carlos tinham avisado que ele trouxera uma pasta contendo documentos que comprometiam o parlamentar. O deputado acusou o ministro de arbitrariedades, de beneficiar amigos na concessão de canais de televisão e de ter tentado prejudicar suas empresas, quando era governador da Bahia.

O ministro considerou provocações as denúncias e disse que a comissão não era o lugar adequado para resolver questões pessoais. Com a insistência de Joaci em acusá-lo, Antônio Carlos disse que tinha na pasta uma relação de 2 mil 300 títulos protestados do deputado. Joaci corrigiu: "Tive mais de 10 mil títulos protestados por causa da perseguição do ministro".

Os ânimos estavam exaltados quando o presidente da Comissão, Marcondes Gadelha (PFL-PB) pediu

calma e chamou a atenção de todos por causa dos insultos. O ministro encerrou a tréplica afirmando que não responderia mais às acusações do deputado. "Quem tem ódio, é escravo dos que odeia", disse Antônio Carlos.

**Telefone rápido** — Para contestar o líder Brandão Monteiro, que o acusou de ter discriminado o governo do PDT no Rio de Janeiro, Antônio Carlos disse que o ex-governador Leonel Brizola foi beneficiário da mais rápida instalação de telefone residencial em toda a história. Contou ter passado por cima das normas da Telerj para instalar, em 15 minutos, o telefone do sítio de Brizola na localidade fluminense de Itaipava.

Em alusão a Brizola, o ministro disse que "muitos defenderam a prorrogação do mandato do ex-presidente Figueiredo, forçando Brandão a dizer que, para o ex-governador, aquela tática "era a mais favorável a uma transição rápida."

"Pois eu tenho a glória de ter lutado contra a prorrogação do mandato de Figueiredo e ter sido, sem qualquer mandato, o único a desafiar o poder militar, chamando o então ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Mattos, de corrupto", encerrou Antônio Carlos.

## Relator da Ordem Social ouve colegas

BRASÍLIA — O relator da Comissão da Ordem Social, senador Almir Gabriel, resolveu inovar, para elaborar seu relatório, e está mantendo reuniões, em separado, com os relatores e presidentes das três subcomissões para dar pareceres nas mais de 1.300 emendas apresentadas na fase atual.

Na primeira reunião, Almir Gabriel discutiu com o relator da Subcomissão das Minorias, deputado Alcenir Guerra (PFL-PR), que está empenhado em ver seu relatório aproveitado integralmente e resiste ao aproveitamento de emendas que mudem as características básicas do seu trabalho: aos índios, a garantia da terra como patrimônio intocável; aos negros, a garantia de igualdade racial, assegurando a criminalidade para o desrespeito a esse princípio; aos deficientes físicos, a garantia de igualdade de oportunidade e de instrumentalização para a superação de suas dificuldades.

Nessa primeira reunião, Almir Gabriel escutou da deputada Benedita da Silva (PT-RJ) a advertência de que a questão do negro tem que ser mantida na forma apresentada pelo relator, sob pena "de o capítulo dos negros acabar muito branco". Ela disse, ainda, que as comunidades negras consideram "inegociáveis" todos os avanços obtidos na subcomissão.

Ainda ontem à noite, o relator da Ordem Social manteve um encontro com os constituintes que atuaram na Subcomissão de Saúde. Hoje, porém, ele terá o mais delicado dos encontros, com integrantes da Subcomissão dos Direitos de Trabalhadores, cujo relatório foi o alvo do maior número de emendas. Extraoficialmente, cerca de mil das 1.300 apresentadas à Comissão destinam-se a alterar esse relatório.

## Aborto e pena de morte unem grupo de 34 evangélicos

BRASÍLIA — Juntos, os constituintes evangélicos somam 34 votos, 26 dos quais serão usados para a proibição do aborto, contra a pena de morte, na defesa do casamento civil como única origem válida da família, e contra a censura à televisão e ao rádio. Com maioria somando forças à direita, os parlamentares evangélicos armam estratégia de atuação para derrotar integralmente os "relatórios progressistas e irrealistas" do senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) e do deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), das comissões da Soberania e da Família, Educação, Cultura, Esporte e de Ciência e Tecnologia e Comunicação.

Exatamente essas comissões foram escolhidas como foco prioritário da atenção dos evangélicos que, distribuídos pelas subcomissões, têm 12 representantes em cada uma delas. Embora alguns deles atuem como ovelhas desgarradas, com posições próprias, como é o caso dos deputados Lysáneas Maciel (PMDB-RJ), Rubem Branquinho (PMDB-AC), Benedita Silva (PT-RJ) e Nelson Aguiar (PMDB-ES), membros da Comissão da Soberania (os dois primeiros) e da Família, os dois outros, que trabalham em sentido contrário à pregação dos princípios rígidos da facção majoritária do grupo.

**Aborto Divide** — Defendem, por exemplo, que a questão do aborto é tema de legislação ordinária e não deverá ser incluída entre os princípios constitucionais, pregam o respeito do Estado à família também naturalmente constituída, com a manutenção da possibilidade do divórcio.

Só um tema une esses rebeldes aos demais colegas de fé: a luta contra a pena de morte, que é princípio básico de 100% da bancada evangélica, alcançando, inclusive, outros rebeldes, como os deputados Celso Dourado (PMDB-BA) e Lézio Sattler (PMDB-ES), membros das comissões de Sistematização dos Sistema Tributário.

Os principais líderes da comunidade evangélica dentro da Constituinte são os deputados Daso Coimbra (PMDB-RJ) e Fausto Rocha (PFL-SP).

Daso, que funciona como um espécie de coordenador do grupo, defendia no início dos trabalhos constituintes que os parlamentares evangélicos se limitassem a uma atuação comportamental ética, dirigindo sua atenção apenas para as questões da área social, da família e dos costumes e pregava contra posicionamentos políticos radicais em questões como reforma agrária, anistia e monopólio de minérios.

— Isso é pregar a alienação, sustentada por uma visão teológica ultrapassada, que cuida da salvação individual via catalogação de pecados — protesta o rebelde Lysáneas Maciel, um dos cinco presbiterianos do grupo, que soma 14 representantes da Assembleia de Deus, sete batistas, dois membros da igreja Quadrangular e sete outros representantes únicos dos cultos Congregacional, Adventista, de Cristo, Nova Vida, Cristão Evangélico, Batista Renovadora e Universal. Os outros são 17 do PMDB, nove do PFL, quatro do PDT, dois do PTB, um do PT, um do PDC.

**Aliados Fortes** — Questão de honra evangélica, a luta pela proibição do aborto tem aliados fortes entre os parlamentares católicos de centro e direita, alcançando até mesmo representantes ilustres da bancada feminina como Rita Camata (PMDB-ES) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que somam forças à adventista Eunice Michiles (PFL-AM), contra o suave avanço já incluído no relatório do senador Bisol, que reza: a vida intra-uterina, inseparável do corpo que a concebeu, é responsabilidade da mulher, comporta expectativa de direitos e será protegida por lei".

### Editorial Projeções do Atraso

## Sarney usa expressão de Tancredo para pedir que Aliança não se disperse

BRASÍLIA — "Não vamos nos dispersar." O apelo feito por Tancredo Neves, ao se eleger presidente da República, a 15 de janeiro de 1985, foi repetido na noite de anteontem pelo presidente José Sarney, num rápido discurso que fez ao final do churrasco que ofereceu, na Granja do Torto, aos líderes e coordenadores de bancadas do PMDB e PFL.

Prometendo que seria rápido, e dizendo que gostaria que o churrasco tivesse sido menos formal, Sarney agradeceu a presença de todos e afirmou que as convergências eram maiores do que as divergências dentro da Aliança Democrática.

Junto com ele sentaram-se o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães o líder do PMDB, Mário Covas; o presidente nacional do PFL, Marco Maciel; os ministros Paulo Brossard, Ronaldo Costa Couto e Bayma Denis; os senadores Fernando Henrique Cardoso e Carlos Chiarelli; e os deputados Luis Henrique, Carlos Sant'Anna e José Lourenço.

**Conversas** — O apelo de Sarney parece ter surtido efeito. O líder do PFL, José Lourenço, que andou às turras com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, chegou-se a ele e lhe disse: "Precisamos conversar." A resposta veio rápida: "Concordo, precisamos sim." E os dois marcaram um encontro para próxima semana, quando discutirão os pareceres que os oito relatores das comissões temáticas da Constituinte apresentarão, neste fim de semana, aos rectivos plenários. "Vamos ver o que nos une e nos separa", disse ontem Lourenço, em seu gabinete na Câmara. "Tentaremos marchar para um acordo em benefício do país."

Ontem à tarde, havia outra concordância. Covas, Lourenço, Alcenir Guerra (PFL-PR), Marcos Lima (PMDB-MG) e um dos líderes do chamado Centro Democrático, Roberto Rollemberg (PMDB-SP), e Renato Vianna (PMDB-SC) eram unânimes: a conversa no churrasco foi extremamente cordial e assumiu um caráter mais social. Segundo alguns, o elevado número de convidados, que chegavam a 70, impediu qualquer conversa mais profunda. Mas, para Covas, houve outra concordância: a Constituinte vai muito bem.

Já Lourenço disse que "os políticos estão pensando no país e há clima favorável para uma convivência interpartidária na Constituinte e com o presidente Sarney". "As instituições democráticas", disse, "estão em jogo e, com elas, a consolidação das lideranças civis. Depende muito de nossa capacidade o apoio que o presidente Sarney terá para enfrentar a crise que o país vive".



**Campanha** — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (foto), descartou a possibilidade de, isoladamente, participar da campanha pelas diretas já com o ex-governador Leonel Brizola e o presidente e líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Covas advertiu que só vai para as ruas quando o PMDB se engajar como um todo na defesa de eleições em novembro do próximo ano, o que acha que deverá acontecer mais cedo ou mais tarde. "Só vou para as ruas quando o PMDB for junto com os outros partidos", ressaltou o senador, ao ponderar que a prioridade do momento é com os trabalhos da Constituinte. Covas voltou a cobrar uma definição do PMDB quanto à duração do mandato de Sarney.

**Sem povo** — O senador José Richa (PMDB-PR) não acredita que o movimento suprapartidário por eleições diretas em 1988, no qual está firmemente empenhado seu amigo pessoal senador Mário Covas (PMDB-SP), tenha futuro. Em primeiro lugar porque, na opinião dele, "o povo não se mobiliza em torno de data de eleições, está mais preocupado com a situação econômica; em segundo, Richa acha que o fato de políticos como Covas, Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio da Silva, entre outros, concordarem em relação ao mandato do presidente José Sarney não é suficiente para uni-los. "Se tivessem afinidades verdadeiras estariam no mesmo partido", disse.



**Às ruas** — O presidente do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva (foto), decidiu ir às ruas para mobilizar o povo por eleições para presidente da República em 88 e "para garantir que a futura Constituição não seja tão conservadora quanto está sendo até agora". Lula comunicou sua decisão ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte. "Não acredito", comentou, "que Ulysses Guimarães tenha esquecido a campanha pelas eleições diretas em 84 e todas as promessas que fez nos palanques". Depois, se lamentou: "Vejam o que é o destino. Em 83, o Figueiredo queria eleições em 88. Nós queríamos em 84. Agora eles, os mesmos que queriam em 88, querem em 89 ou 90, e nós queremos em 88."

**Desencanto** — O escritor Fernando Gabeira, do Partido Verde, reconheceu, depois de ter percorrido mais de 20 cidades de Santa Catarina em pregação pelas eleições diretas em 88, "que não é fácil fazer qualquer mobilização agora, porque o povo teve um grande desencanto no ano passado, quando elegeu governadores como Newton Cardoso, que não sabe nem o nome de Tiradentes". Gabeira deixou perplexos os esquerdistas mais ortodoxos ao revelar que sempre achou "Antônio Conselheiro mais importante que Maringela".

**Convenção** — No primeiro dia de coleta de assinaturas, o documento que será encaminhado à direção do PMDB determinando a convocação da convenção nacional do partido para discutir o mandato do presidente Sarney já recebeu o apoio de 180 convenções. O deputado Maurício Fruct (PR), que elaborou o requerimento, recolheu pessoalmente, no final da tarde, a mais importante das assinaturas — a do líder pedemebista na Constituinte, senador Mário Covas.